

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
**A CORTE SOB JULGAMENTO. A CRÍTICA SOCIAL
DE FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA**

Ricardo Hiroyuki Shibata (Unicentro)
rd.shibata@gmail.com

RESUMO

O presente estudo analisa a dimensão ético-política e a crítica social na obra do poeta quinhentista Francisco de Sá de Miranda (1481–1558). Reconhecido historiograficamente pela introdução das formas poéticas do Renascimento italiano em Portugal – como o decassílabo, o soneto e a canção –, Sá de Miranda desenvolveu uma produção literária madura profundamente marcada pela recusa dos valores palacianos e pela denúncia dos desvios morais decorrentes da expansão ultramarina e da centralização monárquica sob os reinados de D. Manuel I e D. João III. Através do recurso a um referencial filosófico assentado no estoicismo e no humanismo cristão, o poeta opõe a corrupção e a servidão da corte lisboeta à sobriedade e autenticidade da vida campestre na província do Minho. Examina-se como a sua produção poética constitui uma verdadeira anatomia das ilusões sociais do Século de Ouro português, antecipando debates sobre o despovoamento dos campos e a mercantilização da existência.

Palavras-chave:

Humanismo. Crítica Social. Renascimento Português.

ABSTRACT

This study analyzes the ethical-political dimension and social critique in the work of the sixteenth-century poet Francisco de Sá de Miranda (1481–1558). Historiographically recognized for introducing the poetic forms of the Italian Renaissance to Portugal – such as the decasyllable, the sonnet, and the canzone –, Sá de Miranda developed a mature literary output deeply marked by the rejection of courtly values and the denunciation of moral deviations resulting from overseas expansion and monarchical centralization under the reigns of King Manuel I and King John III. By drawing on a philosophical framework grounded in Stoicism and Christian humanism, the poet contrasts the corruption and servitude of the Lisbon court with the sobriety and authenticity of country life in the Minho province. It examines how his poetic production constitutes a true anatomy of the social illusions of the Portuguese Golden Age, anticipating debates on the depopulation of the countryside and the commodification of existence.

Keywords:

Humanism. Portuguese Renaissance. Social Critique.

1. Introdução: O Renascimento Português e a consciência crítica mirandina

O Renascimento em Portugal é predominantemente evocado pela historiografia como uma era de expansão territorial, ímpeto náutico e apogeu comercial. O afluxo de riquezas provenientes das rotas do Oriente e do

Atlântico transformou Lisboa no empório da Europa, redefinindo as estruturas econômicas, sociais e culturais do reino quinhentista. Contudo, paralelamente à retórica panegírica que celebrava o Império e a majestade régia, emergiu no interior dos escritores portugueses um vigoroso discurso de resistência moral e de sobriedade existencial.

No centro dessa reflexão crítica figura Francisco de Sá de Miranda (1481–1558). Fidalgo de nascimento, graduado em Direito Canônico pela Univers de Lisboa e profundo conhecedor da cultura clássica, Sá de Miranda desempenhou um papel seminal na história literária da língua portuguesa. Se a sua viagem de estudos à Itália, empreendida entre 1521 e 1526, é tradicionalmente assinalada como marco técnico da introdução da medida nova (o decassílabo petrarquista) e das formas fixas italianas, o seu impacto ultrapassa vastamente a mera reforma estilística. O contato com o humanismo peninsular proporcionou ao autor um arcabouço conceitual renovado, a partir do qual ele conseguiu interpretar criticamente as transformações estruturais de Portugal em seu tempo.

Ao regressar a Portugal, Sá de Miranda confrontou-se com uma Corte profundamente alterada pelo fluxo do capital mercantil e pela burocratização do Estado absolutista. Em vez de utilizar o seu capital intelectual para obter cargos, mercês e prebendas no paço real, o poeta tomou uma decisão de forte teor político e existencial: retirou-se voluntariamente do ambiente palaciano, fixando residência em suas propriedades rurais no Minho – primeiramente na Comenda de Duas Igrejas e, posteriormente, na Quinta da Tapada.

Longe de representar um gesto de mero ressentimento pessoal ou de isolamento alienado, a retirada de Sá de Miranda converteu-se na base epistêmica de toda a sua produção da maturidade. A partir desse espaço campestre, o poeta erigiu um tribunal moral de onde julgou os rumos do Reino, denunciando a venalidade, a adulação e a perda da integridade moral que caracterizavam a vida cortesã de Quinhentos.

2. A reconfiguração socioeconômica e a transformação da nobreza de Portugal no século XVI

Para apreender a contundência da poesia satírica e epistolar de Sá de Miranda, torna-se indispensável reconstituir as mutações sociopolíticas que afetaram o Portugal do século XVI. A consolidação do poder régio sob D. João III exigia a estruturação de uma burocracia centralizada e a atração da aristocracia para a esfera imediata da monarquia. A antiga nobreza guerreira e fundiária, cuja autoridade assentava no domínio territorial e no serviço das

armas, viu-se progressivamente convertida numa nobreza palaciana, dependente das mercês, tenças e cargos distribuídos pela Coroa.

O afluxo maciço de especiarias, ouro e bens de luxo procedentes do Império ultramarino alterou radicalmente os padrões de consumo e o ethos da fidalguia. A riqueza mercantil passou a rivalizar com a honra hereditária, gerando um ambiente de ostentação e busca desenfreada pela ascensão social. Como assinala Sérgio Alcides Amaral (2007, p. 45), o movimento de afastar-se da Corte não implicou o desligamento dos negócios públicos, mas sim a criação de um lugar de fala independente:

Ao se retirar da interseção entre o reino e as letras, Sá de Miranda pôde encarnar uma outra centralidade, excêntrica com relação à do rei, porém mais especificamente letrada, e nem por isso alheia ao reino como âmbito público de organização da vida em sociedade. (Amaral, 2007, p. 45)

A “centralidade excêntrica” formulada por Amaral evidencia que o retiro mirandino no Minho foi um ato político de refundação da autoridade do letrado. Na Corte, a voz do poeta arriscava-se a ser neutralizada pelo jogo da adulação; na província, amparada pela autossuficiência econômica e pela sobriedade de vida, a poesia recuperava a sua função ética de juízo e orientação cívica.

Assim, a crítica social mirandina incide com rigor sobre a metamorfose da nobreza em uma classe parasitária. O poeta percebeu que a dependência em relação aos favores régios corroía a dignidade individual e transformava homens livres em servos das convenções sociais e da ambição financeira.

A arquitetura poética de Sá de Miranda constrói-se sobre uma antítese espacial rigorosa que traduz uma oposição ético-filosófica: a polaridade entre o “cá” (o campo, a província, o retiro bucólico do Minho) e o “lá” (a Corte, a cidade de Lisboa, o centro do Império).

Essa bipolaridade geográfica opera como uma metáfora da clivagem entre a autenticidade e a dissimulação. Na Corte, a existência é governada pela aparência, pelo cálculo político e pela constante necessidade de contrafazer os sentimentos legítimos. No campo, ao contrário, a proximidade com a natureza e o trabalho agrícola favorecem a transparência moral e a preservação da virtude.

A expressão emblemática dessa incompatibilidade ética encontra-se na célebre Carta a El-Rei D. João III. Nela, o poeta dirige-se diretamente ao monarca para assinalar a sua impossibilidade de aclimação ao meio palaciano:

Homem de um só parecer,
De um só rosto e de uma fé,
De antes quebrar que volver,
Outra corte não sei qual é,
Naquela não posso viver. (Miranda, 2021, p. 112)

Nestes versos redigidos na métrica tradicional das redondilhas maiores, a persona poética articula os princípios axiológicos do estoicismo. O homem íntegro é definido pela inegociabilidade dos seus princípios (“um só parecer”, “uma só fé”) e pela recusa da maleabilidade moral (“De antes quebrar que volver”). A vida na corte exige, inversamente, a multiplicidade de rostos, o uso de máscaras e a disposição para flexionar as convicções em favor do interesse imediato.

Analisando a dimensão satírica e epistolar da obra mirandina, Luís Fernando Fardilha (1997, p. 65) salienta que a rejeição da Corte pelo poeta não se reduz a uma atitude contemplativa ou a um mero bucolismo abstrato:

A oposição entre o campo e a corte em Sá de Miranda transcende os tópicos literários herdados da Antiguidade para se constituir como uma anatomia precisa das tensões sociais e morais do Quinhentismo português. A antítese espacial instaura um espaço de resistência onde a palavra poética reassume o seu compromisso com a verdade. (Fardilha, 1997, p. 65)

O espaço da Corte então surge retratado como um domínio de alienação, no qual o indivíduo perde o autodomínio em troca de honrarias efêmeras. A dissimulação passa a ser a linguagem oficial da sociabilidade palaciana, degradando a comunicação humana e transformando a amizade em instrumento de promoção pessoal.

3. *O Ultramar e a Antessala do Velho do Restelo*

Um dos aspectos mais perspicazes da crítica social de Francisco de Sá de Miranda diz respeito à sua avaliação dos efeitos colaterais da expansão marítima sobre a estrutura produtiva e moral de Portugal. Enquanto a literatura oficial e a historiografia do período exaltavam as navegações como uma epopeia sagrada e lucrativa, Sá de Miranda identificou precocemente os custos sociais desse modelo mercantilista.

A atração exercida pelas riquezas do Oriente e pela vida urbana em Lisboa provocou o abandono do cultivo da terra e a desertificação do interior do país. Na Carta a António Pereira, Senhor de Basto – escrita por ocasião da partida deste fidalgo para a Corte –, Sá de Miranda adverte com amargura sobre os perigos do enriquecimento fácil proporcionado pelas especiarias e pelo comércio ultramarino:

Os dinheiros que aí vão,
Ouro e prata que lá vem,
Não sei se a pátria mantém,
Mas sei que a terra despovoam,
E os homens dela desgostam. (Miranda, 2021, p. 145)

A intuição poética de Sá de Miranda antecipa em várias décadas as advertências que Luís de Camões colocaria na voz do Velho do Restelo, no Canto IV, de “Os Lusíadas”. No entanto, enquanto em Camões a crítica assume contornos de advertência trágica em meio à exaltação épica, em Sá de Miranda ela se estrutura como um diagnóstico sociológico permanente.

O afluxo de “ouro e prata” não se traduziu em desenvolvimento sustentável ou em fortalecimento da produção agrícola; pelo contrário, gerou inflação, dependência do exterior e desvalorização do trabalho rural. A agricultura, tradicional pilar da estabilidade social e da dignidade humana, conforme referências assentadas na tradição, passou a ser vista com desprezo por uma juventude sequiosa por obter fortuna rápida nas armadas da Índia ou nos cargos burocráticos de Lisboa.

Como observa Cleonice Berardinelli (1996, p. 88), o humanismo de Francisco de Sá de Miranda distancia-se do otimismo triunfalista que caracterizou parte da elite quinhentista:

Sá de Miranda foi talvez o primeiro letrado português a compreender que a riqueza vinda do comércio das especiarias trazia consigo a semente da ruína moral e econômica do reino. A sua poesia epistolar funciona como um contraponto lúcido ao entusiasmo imperial, denunciando o despovoamento dos campos e a substituição dos valores da honra pelos do ganho fácil. (Berardinelli, 1996, p. 88)

Nesse sentido, a crítica mirandina incide sobre a ilusão de opulência gerada pelo capital mercantil. Para o poeta, uma nação que abandona os seus campos e depende de bens e produtos importados para a sua subsistência torna-se vulnerável e moralmente frágil, subordinando a sua soberania à volatilidade dos mercados e à cobiça dos seus cidadãos.

Ora, a crítica de Corte em Sá de Miranda não se limita à denúncia negativa; ela apoia-se em um programa de vida estruturado ideologicamente. As matrizes do pensamento mirandino radicam no estoicismo clássico (com destaque para Sêneca e Epicteto), na poesia horaciana e virgiliana, e nas correntes do humanismo cristão de inspiração erasmiana.

O tópico do *beatus ille* (“ditoso aquele”), derivado da Épodo II de Horácio, é reconfigurado por Sá de Miranda em muitos momentos de sua crítica social. O retiro rural não é concebido como um simples lazer contemplativo (*otium*), mas como um espaço de trabalho, reflexão ética e resistência moral (*negotium*). Em sua Quinta da Tapada, o poeta dedica-se à leitura dos clássi-

cos, à administração das suas terras e à criação poética, buscando atingir a ataraxia – a imperturbabilidade da alma diante das flutuações da fortuna.

Em ensaio dedicado à construção da subjetividade poética na obra do autor, Lúcia de Aguiar Costa (2017, p. 170) sublinha a complexidade ética que preside a essa escolha pelo exílio rural:

Em Sá de Miranda, a voz poética põe em cena um ego entregue e dominado pelo mundo das ilusões que cumpre compreender e explicitar, para compor uma obra em que a denúncia do erro se alia à defesa intransigente da virtude. O retiro no Minho não é uma fuga passiva, mas a edificação de uma cidadania ética contra a barbárie moral da corte. (Costa, 2017, p. 170)

A busca pela autarkeia (autossuficiência) estoica permite ao poeta manter a sua liberdade de juízo e avaliação moral. Aquele que nada cobiça da Corte e do soberano não pode ser subornado ou silenciado. Assim, a sobriedade alimentar, a modéstia no vestir e o desdém pelas honrarias externas constituem as armas defensivas do indivíduo contra as pressões do meio social.

Essa postura transparece igualmente no Soneto 18, onde a voz lírica reflete sobre a inconstância da Fortuna e a superioridade da virtude interior sobre as vicissitudes da vida pública:

O sol é grande, caem os montes brando,
E as sombras vão crescendo pelos vales;
O dia vai fugindo e o sol passando,
E o tempo vem mudando nossos males.

Mudar de condição, de vida e estado,
Tudo a leis de Fortuna está sujeito;
Mas o firme saber, o peito armado
Contra os golpes do fado, esse é perfeito. (Miranda, 2021, p. 89)

A imagem da transitoriedade do tempo e do ocaso do dia serve de preâmbulo para a afirmação estoica: enquanto os bens materiais e os estatutos sociais (“condição, de vida e estado”) estão expostos às oscilações da Fortuna, apenas o “firme saber” e o “peito armado” da virtude oferecem um refúgio inexpugnável.

Na avaliação da obra de Sá de Miranda, a historiografia literária frequentemente estabeleceu uma dicotomia entre o poeta “tradicional” (utilizador da medida velha e das formas peninsulares) e o poeta “inovador” (introduzidor do *dolce stil novo* e da medida nova). Contudo, uma análise integrada da sua produção demonstra que a escolha das formas métricas responde a intenções expressivas e ideológicas precisas.

Enquanto o decassílabo e as formas italianas (soneto, canção, egloga, oitava rima) foram empregados predominantemente para a expressão da

matéria amorosa, da reflexão filosófica abstrata e da emulação dos clássicos, a medida velha (redondilha maior e menor) permaneceu como o veículo privilegiado para a sátira, as Cartas de matriz epistolar e a denúncia social.

O uso da redondilha nas Cartas relaciona Sá de Miranda com a tradição dos cancioneros medievais e à poética comunicativa de circulação ampla. Ao empregar o verso tradicional português para dirigir-se aos seus pares e ao próprio rei, o poeta afirma a validade da língua e da cultura lusitanas, utilizando uma linguagem direta, proverbial e incisiva.

Como aponta Luciana Stegagno Picchio (2004):

A grande originalidade de Sá de Miranda reside na capacidade de fazer conviver, numa mesma arquitetura poética, o rigor formal do classicismo italiano e a verve crítica do verso tradicional peninsular. A redondilha das suas Cartas não é um arcaísmo, mas a escolha consciente de um instrumento apto para a intervenção ética e o debate público. (Picchio, 2004, p. 112)

A coexistência formal na obra mirandina reflete a sua própria posição de mediador cultural: um intelectual educado na tradição jurídica e humanista, atento às inovações formais da Europa, mas profundamente enraizado na realidade concreta e nos valores mais prestigiosos da aristocracia lusitana.

As Cartas em verso representam o ápice da intervenção crítica de Sá de Miranda. Dirigidas a figuras proeminentes da nobreza e da burocracia quinhentista – como D. Fernando de Menezes, António Pereira e o próprio Rei D. João III –, essas composições funcionam como ensaios de sociologia moral, nos quais o poeta examina os vícios específicos que contaminavam a sociedade da época.

Na Carta a D. Fernando de Menezes, Sá de Miranda fustiga a ganância e a perda dos valores da nobreza tradicional. O poeta contrapõe os antigos fidalgos, caracterizados pela bravura e pela lealdade, aos novos homens da Corte, movidos unicamente pelo interesse financeiro e pelo cálculo político:

Não sei que venal idade
Esta nossa em que vivemos;
A honra compre-se e vende-se,
Tudo a dinheiro o trazemos;
A virtude desdenha-se,
A mentira prefere-se. (Miranda, 2021, p. 130)

A expressão “venal idade” sintetiza o diagnóstico mirandino sobre a modernidade mercantil. A transformação da honra e da virtude em mercadorias negociáveis representa a degradação máxima do tecido social. Quando os valores morais passam a ser mensurados pelo padrão monetário, a justiça corrompe-se e a solidariedade comunitária dissolve-se.

Francisco de Sá de Miranda dedica atenção especial à corrupção do sistema judiciário e administrativo. Como doutor em Direito, o poeta conhecia por dentro as engrenagens da burocracia estatal e a facilidade com que as leis eram manipuladas para favorecer os poderosos e oprimir os desprovidos de recursos.

Na mesma Carta a D. Fernando de Menezes, lê-se uma severa denúncia da parcialidade da justiça:

As leis cobrem o culpado
Que tem ouro e favor;
Ao pobre desamparado
Carregam todo o rigor,
Como se fora gerado
Para sofrer a dor. (Miranda, 2021, p. 132)

Essa denúncia da desigualdade perante a lei evidencia o alcance social do pensamento mirandino. Sendo assim, a crítica de Corte ultrapassa o plano individual da conduta ética para atingir a dimensão estrutural das instituições do Estado, antecipando bandeiras do pensamento político moderno.

Diante do quadro de degradação moral que descreve, Sá de Miranda atribui à poesia uma função pedagógica e magistral. O poeta não é visto como um mero criador de belas formas para o entretenimento da elite palaciana, mas como um guardião da memória coletiva e um censor dos costumes.

Essa concepção do magistério poético deriva diretamente da tradição humanista, que restaurou a dignidade do letrado como conselheiro dos príncipes e guia da comunidade. Todavia, enquanto outros humanistas buscaram exercer essa função a partir do interior das estruturas de poder, Sá de Miranda compreendeu que a independência moral exigia a distância física e institucional do paço.

Na sua *Égloga Basto*, uma das suas obras mais complexas e ambiciosas, Sá de Miranda utiliza o diálogo entre os pastores Diego e Bento para confrontar a vida urbana e a vida rural. Diego representa a atração pela Corte e pelas oportunidades de ascensão social, enquanto Bento (porta-voz do pensamento mirandino) defende a superioridade da vida simples e autossuficiente no campo.

A certa altura do diálogo, o pastor Bento afirma:

Mais vale um pão em paz comido
Na minha cabana escura,
Que o manjar mais apercebido
Com medo e com amargura
No palácio mais luzido. (Miranda, 2021, p. 205)

A defesa da “paz comida” na cabana humilde contra a “amargura” dos banquetes palacianos condensa a filosofia de vida do autor. O verdadeiro bem-estar não reside na abundância material ou no prestígio social, mas na tranquilidade da consciência e na ausência de medo.

Como assinala Carolina Vasconcelos (1989) no seu estudo clássico sobre a obra do autor:

Sá de Miranda fez da sua vida no Minho a expressão mais perfeita da sua doutrina poética. A sua coerência entre o dizer e o fazer conferiu à sua voz uma autoridade ética sem paralelo no Renascimento português, transformando a Quinta da Tapada num farol moral para os seus contemporâneos e para as gerações futuras. (Vasconcelos, 1989, p. 52)

A integridade biográfica de Sá de Miranda constituiu-se como um elemento fundamental da recepção de sua obra. A sua recusa em aceitar tenças, privilégios ou cargos na Corte validou a veracidade do seu discurso poético, transformando-o em um modelo de dignidade intelectual.

4. Considerações finais

Francisco de Sá de Miranda ocupa uma posição seminal na história do pensamento e da literatura em língua portuguesa. Embora a historiografia frequentemente o tenha confinado ao papel técnico de introdutor das formas italianas, a análise aprofundada de sua produção poética revela um pensador denso, perspicaz e atento às grandes transformações econômicas, sociais e éticas do seu tempo.

A sua crítica de Corte, longe de constituir um mero exercício retórico sobre o tópico do *contemptus mundi* ou do *beatus ille*, articulou-se como um diagnóstico lúcido dos perigos que ameaçavam a sociedade portuguesa de Quinhentos. Ao denunciar o abandono da agricultura, a hipertrofia do poder régio, a venalidade da justiça e a mercantilização da honra, Sá de Miranda antecipou dilemas que marcariam a história de Portugal nos séculos subsequentes.

A sua retirada voluntária para a província do Minho e a construção de um espaço de independência crítica na sua Quinta da Tapada demonstraram que era possível exercer a escrita literária à margem da tutela do Estado absolutista e dos circuitos do favor cortesão. A partir dessa posição marginal e excêntrica, o poeta transformou a sua poesia num tribunal moral onde a Corte foi julgada e condenada.

O legado de Francisco de Sá de Miranda permanece como uma das matrizes mais duradouras da literatura lusófona: a tradição da reflexão severa e descompromissada sobre o destino da pátria e a denúncia das ilusões do

poder. Em um momento histórico de profundas transformações e redefinições de valores, a voz austera e íntegra do poeta do Minho continua a ressoar como um convite à preservação da dignidade individual e da autonomia do pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do. *Desavenças: Poesia, poder e melancolia nas obras do doutor Francisco de Sá de Miranda*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BERARDINELLI, Cleonice. *Estudos de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

COSTA, Lúcia de Aguiar. Sá de Miranda e os abismos do eu. *FronteiraZ – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária*, n. 18, p. 167-78, São Paulo, jul. 2017.

FARDILHA, Luís Fernando S. A sátira nas Cartas de Sá de Miranda. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, II Série, v. XIV, p. 61-78, Universidade do Porto, 1997.

MIRANDA, Francisco de Sá de. *Obra Completa*. Organização, introdução e notas de Sérgio Guimarães de Sousa, João Paulo Braga e Luciana Braga. Lisboa: Assírio & Alvim, 2021.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da Literatura Portuguesa*. Trad. de Manuel de Lucena. Lisboa: Nova Ática, 2004.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Edição crítica acompanhada de introdução e notas. Halle: Max Niemeyer, 1885. (Reimpressão fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989).